

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.617 - PR (2020/0035914-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANTONIO ZAREBELNI
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DELINSKI - PR033658
AGRAVADO : AGOSTINHO SOVINSKI
ADVOGADOS : MIRIAN APARECIDA DOS SANTOS - PR021859
OLINDO DE OLIVEIRA - PR018664

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANTONIO ZAREBELNI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPENHORABILIDADE. NATUREZA ALIMENTAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO DEVEDOR. ART. 854, PARÁGRAFO TERCEIRO, INCISO I, DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ante a inexistência de provas que demonstrem de forma inequívoca a impenhorabilidade dos valores, deve ser mantida a constrição.

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 833, IV e X, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Excelência, entendemos que tal entendimento, verte do fato que que o ora Recorrente, possui única e exclusivamente, a atividade rural, como seu meio de sustento. Discordamos também da decisão ora atacada no fato de que, para nós é incontroverso, e perfeitamente compreensível, que o valor bloqueado em conta corrente, ou seja, R 22.496,51, pertence a aplicação financeira em nome do Sr. Antônio, como comprova o extrato de movimento 29.5 dos autos de primeiro grau é proveniente de sua atividade como agricultor autônomo. Nobre, Ministro, nosso entendimento é que o ora Recorrente, é trabalhador rural autônomo, portanto, o dinheiro constante na aplicação ou em conta corrente, não pode ser penhorado, uma vez que, o mesmo é fruto de seu trabalho, ainda, o valor é referente e exclusivo da sua atividade rural.

[...].

Nesta mesma linha de raciocínio, entendemos que, é possível ser reconhecido por Vossa Excelência, que o valor encontrado, ainda bloqueado, constante em aplicação financeira, como comprovado em ação de primeiro grau, que este, seja, devolvido, pois, contemporaneamente, em decorrência das necessidades sociais e do desenvolvimento tecnológico, o meio usual de pagamento de rendimentos advindos do trabalho se dá por intermédio bancário, o que, em nosso entendimento, não descaracteriza, de imediato, sua natureza salarial e alimentar.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

O valor encontrado e bloqueado na conta junto ao banco SICREDI, cuja diferença que perfaz o valor de, R 22.496,51, demonstrado no extrato de aplicação, veio da produção rural, que é a única atividade do ora manifestante, sendo também protegida por lei, onde a não liberação de tais valores, em nosso entendimento, demonstra total falta de razoabilidade e proporcionalidade, fundamentos derivados do princípio do devido processo legal esculpido na carta maior de 1988 e garantidor de proteção aos Direitos fundamentais. (fls. 236/243).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente